

**HABILIDADES SOCIAIS E CAPITAL SOCIAL NO DESENVOLVIMENTO LOCAL:
CAMINHOS E DESCAMINHOS DE UMA COMUNIDADE ESCOLAR NAS POLÍTICAS
PÚBLICAS**

*SOCIAL SKILLS AND SOCIAL CAPITAL IN LOCAL DEVELOPMENT: WAYS AND
WANDERINGS OF A SCHOOL COMMUNITY IN PUBLIC POLICY*

*HABILIDADES SOCIALES Y CAPITAL SOCIAL EN EL DESARROLLO LOCAL: CAMINOS Y
DESCAMINOS DE UNA COMUNIDAD ESCOLAR EN LAS POLÍTICAS PÚBLICAS*

Júnia Fátima Carmo Guerra
juniafcg71@gmail.com
PUC Minas

Armando dos Santos de Sousa Teodósio
teodosio@pobox.com
PUC Minas

HABILIDADES SOCIAIS E CAPITAL SOCIAL NO DESENVOLVIMENTO LOCAL: CAMINHOS E DESCAMINHOS DE UMA COMUNIDADE ESCOLAR NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Resumo

O objetivo deste estudo é analisar os desafios enfrentados por uma comunidade educativa (professores, educadores e famílias) para construir relacionamentos colaborativos capazes de gerar oportunidades para o desenvolvimento local. Nós desenvolvemos uma revisão teórica sobre o conceito de capital social apoiadas nas obras de Pierre Bourdieu, James S. Coleman e Robert Putnam. O conceito de habilidades sociais e seus efeitos, relacionados com a escola e a política educacional pública, foi outro tema discutido no referencial teórico. As estratégias metodológicas de coleta de dados são baseadas em pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas semiestruturadas e grupo focal com membros da comunidade de uma escola pública localizada em um distrito do município de São João del Rei, no estado de Minas Gerais, Brasil. A análise indica que a comunidade educativa, apesar da presença de articulação social dinâmica orientada pelas habilidades sociais e capital social, não consegue gerar impacto mais consistente e relevante para o desenvolvimento local.

Palavras-chaves: capital social, habilidades sociais, desenvolvimento local.

Abstract

The objective of this study is to analyze the challenges faced by the educational community (teachers, educators and families) to build collaborative relationships that generate opportunities for local development. A theoretical review of the concept of social capital supported the works of Bourdieu, Coleman and Putnam was developed. The concept of social skills and their effects related to school and public education policy was another topic discussed in the theoretical framework. The methodological strategies for data collection are based on qualitative research, through semi-structured interviews and focus groups with community members at a public school located in a district of São João Del Rei, in the state of Minas Gerais, Brazil. The analysis indicates that the educational community, despite the presence of social articulation dynamics driven by Social Skills and Social Capital, unable to generate impact more consistent and relevant to local development.

Keywords: Social Capital; Social Skills; Local Development.

Resumen

El objetivo de este estudio es analizar los desafíos enfrentados por una comunidad educativa (profesores, educadores y familias) para construir relacionamientos de colaboración capaces de generar oportunidades para el desarrollo local. Se desarrollo una revisión teórica sobre el concepto de capital social apoyada en las obras de Bordieu, Coleman y Putnam. El concepto de habilidades sociales y sus efectos relacionados a la escuela y a la política educacional pública, fue otro tema discutido en el referencial teórico. Las estrategias metodológicas de la colecta de datos se basan en investigación cualitativa, a través de entrevistas semi-estructuradas y grupo focal con miembros de la comunidad de una escuela publica ubicada en un distrito del municipio de São João Del Rei, en el estado de Minas Gerais, Brasil. El análisis indica que la comunidad educativa, a pesar de la presencia de articulación social dinámica orientada por las Habilidades Sociales y Capital Social, no consigue generar impacto más consistente y pertinente para el desarrollo local.

Palabras clave: Capital Social; Habilidades Sociales; Desarrollo Local.

1 INTRODUÇÃO

O estudo de práticas sociais vinculadas ao desenvolvimento local, apesar do relevante número de investigações e discussões que tem suscitado nos últimos anos, permanece como um objeto de análise central nas discussões no campo da administração pública. São várias as correntes de análise sobre o desenvolvimento local, resultando numa verdadeira polissemia de interpretações e adjetivações que caracterizam o desenvolvimento de determinados territórios. Nessas discussões, destacamos as análises pautadas na concepção de capital social, outra expressão polissêmica. Menos frequentes são os estudos que se fundamentam nas concepções sobre habilidades sociais, apesar de sua relevância para análise de articulações sociais virtuosas para o desenvolvimento local, conforme atesta Fligstein (2007).

Para autores como Coleman (1990), a noção de capital social é uma espécie de resposta a um dos mais decisivos mitos fundadores da dinâmica social contemporânea, o de que a sociedade se constituiria a partir de um conjunto de indivíduos independentes atuando de forma relativamente isolada para alcançar objetivos próprios. Nessa perspectiva, a ação social se daria fundamentalmente pelo somatório de ações individuais de caráter eminentemente autointeressado ou egoísta. Ao contrário, a noção de capital social permitiria entender que os indivíduos não agem independentemente uns dos outros e que seus objetivos não são estabelecidos de maneira isolada, nem tampouco a partir de posturas estritamente egoístas.

Seguindo essa argumentação, outras abordagens permitem compreender que a presença de capital social, caracterizado por atributos como confiança e formação de laços sociais, adicionado a valores cívicos em dada comunidade, pode levar à construção de realidades sociais propícias ao desenvolvimento local. Essa dinâmica de construção de capital social encontraria lastro na ação social por meio de fenômenos e dinâmicas de sociabilidade problematizadas pelas noções de habilidade social. Conforme argumenta Fligstein (2007, p. 62), “[...] a ideia de habilidade social é que os atores precisam induzir a cooperação dos outros. A habilidade de motivar os outros a tomar parte em uma ação coletiva é uma habilidade social que se prova crucial para a construção e reprodução de ordens sociais locais”.

A partir da articulação dessas concepções, podemos conceber um constructo teórico que pronuncie a ação social desenvolvida por atores locais em bases colaborativas, explicadas fundamentalmente pelo desenvolvimento de processos de habilidade social com a construção de capital social nos territórios, que se pressupõe ser elemento central para a promoção do desenvolvimento local.

É precisamente esse domínio relacional que o presente artigo busca analisar, por meio da fundamentação teórica e empírica, sendo esta última de caráter qualitativo efetivada junto a uma comunidade educacional vinculada à Escola Municipal de Padre Miguel, localizada em um distrito rural no município de São João del Rei, Minas Gerais.

Para dar corpo escrito às essas ideias, o artigo primeiramente discutiu a genealogia do conceito de capital social e sua importância como rede de confiança e difusão de valores cívicos para o desenvolvimento local. Posteriormente, fizemos uma breve discussão acerca dos pressupostos e definições de fenômenos sociais colaborativos, tendo em destaque os fenômenos vinculados à construção de habilidade social. Em seguida, discutimos as escolhas do processo de pesquisa que foram realizadas de forma a dotar o estudo de consistência metodológica para, por fim, analisar as dinâmicas de construção de capital social nessa comunidade escolar e suas implicações e desdobramentos para o desenvolvimento local desse território.

2 CAPITAL SOCIAL: ARTICULAÇÕES SOCIAIS E TRAMAS LOCAIS

As discussões sobre capital social têm adquirido centralidade nos debates no campo da gestão pública. Para Albalgli e Maciel (2002), a rápida difusão da noção de capital social, quer seja entre organizações envolvidas com a implementação de políticas, programas e projetos de desenvolvimento, como também entre pesquisadores que se interessam pelo tema teria se dado à custa de uma definição demasiado abrangente e pouco precisa, persistindo a diversidade de abordagens e perspectivas em relação a várias questões.

Nessa linha de argumentação, D'Araújo (2003) relaciona os conceitos de capital social a determinadas características das sociedades, mais precisamente, a países e regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas.

A rigor, temos um conceito para dois mundos. Quando se trata de examinar Capital Social e democracia, as sociedades estudadas são as desenvolvidas, pois ali estão as democracias estáveis, cujo futuro parece abalado em função de um esvaziamento de capital social, que estaria sendo verificado em quase todas elas. Quando a meta é pensar Capital Social e desenvolvimento, excetuando-se os trabalhos de sociologia histórica como os de Fukuyama, o foco recai nas regiões

mais pobres. Isto talvez dê um charme especial ao conceito e o democratize (D'ARAÚJO, 2003, p. 28).

De acordo com Baron, Field e Schuller (2000), a partir desse contexto, é possível se traçar pelo menos duas principais origens do conceito de capital Social. A primeira limita-se aos escritos de autores provenientes das ciências sociais, que cunharam e difundiram expressamente o termo, destacando-se Pierre Bourdieu, James Coleman e Robert Putnam. A segunda trata de elementos-chave, como confiança, coesão social, redes, normas e instituições, em vários contextos e disciplinas, em que o conceito tem sido usado implícita ou explicitamente por uma gama ampla de pesquisadores.

Para Albagli e Maciel (2002), a origem do interesse recente no conceito de Capital Social pode ser em parte traçada no trabalho teórico de Pierre Bourdieu. Este interesse emergiu gradualmente a partir de uma metáfora ligada a outras formas de capital e, apenas posteriormente, como um conceito em si. Em sua busca de teorizar sobre a reprodução das relações de classes sociais por meio de mecanismos culturais, Pierre Bourdieu atribuiu lugar de destaque ao capital social em sua análise, mas não o aprofundou conceitualmente. P. Bourdieu usou o termo pela primeira vez, no início da década de 1980, para referir-se às vantagens e oportunidades de se pertencer a certas comunidades. Capital social foi definido pelo autor como o “[...] agregado de recursos reais ou potenciais que estão ligados à participação em uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de mútua familiaridade e reconhecimento... que provê para cada um de seus membros o suporte do capital de propriedade coletiva” (BOURDIEU, *apud* ALBAGLI E MACIEL, 2002, p. 5).

Podemos salientar que o uso do termo *capital*, utilizado pelo autor, varia entre o realista e o metafórico (como uma metáfora geral para expressar a vantagem de poder ou social), assinalando sua intenção de tratar de recursos diferenciais de poder e de vincular uma análise sobre a dimensão cultural com outra sobre a econômica das sociedades. No centro de sua análise está o pressuposto de que a estrutura social é constituída de campos de luta pelo poder. Logo, para o autor, o conflito seria inerente ao conceito de capital social que, como todas as demais formas de capital, seria distribuído de forma desigual (ALBAGLI e MACIEL, 2002, p. 5).

Outro difusor do termo é James Coleman, autor particularmente influente nos países de língua inglesa e que derivou as interpretações sobre capital social a partir de seu interesse em associar as abordagens da sociologia e da economia. Entre 1980 e 1982, J. Coleman

concentrou seus estudos empíricos em comparar desempenhos e resultados de escolas públicas e escolas católicas, analisando o capital social primeiramente como um modo de melhor compreender a relação entre alcance educacional e desigualdade social. Ele definiu capital social, no contexto educacional, como “[...] o conjunto de recursos intrínsecos nas relações familiares e na organização social comunitária e que são úteis para o desenvolvimento cognitivo ou social de uma criança ou de um jovem” (COLEMAN, 1990 p. 300). O autor também buscou estabelecer, dentro de uma perspectiva neofuncionalista, um vínculo causal claro entre capital social e acesso a recursos.

Capital Social é definido por sua função. [...] Não é uma entidade singular, mas uma variedade de diferentes entidades, com dois elementos em comum: são todos consistentes com alguns aspectos das estruturas sociais e facilitam certas ações dos atores – sejam pessoas ou empresas – no âmbito da estrutura (COLEMAN, 1988, p. 98).

Assim, Coleman (1990, p. 301) define capital social como “[...] os recursos sócio-estruturais que constituem um ativo de capital para o indivíduo e facilitam certas ações de indivíduos que estão dentro dessa estrutura”.

Para Albagli e Maciel (2002), J. S. Coleman concebeu a criação de capital social como um processo não intencional, resultante de ações orientadas para outros propósitos. Segundo as autoras, aí reside o potencial do capital social, ao mesmo tempo em que explica por que há pouco ou nenhum investimento direto em seu desenvolvimento. Dessa forma, em seu conceito, incluem-se, tanto associações horizontais, quanto verticais, sendo esta última caracterizada por relações hierárquicas e uma desigual distribuição de poder entre os membros, inclusive, entre empresas e outras organizações (COLEMAN, 1990). Percebe-se que o autor considera também um espectro vasto de impactos, tanto positivo, quanto negativo, salientando que [...] “uma dada forma de capital social que é útil em facilitar certas ações pode ser inútil ou mesmo prejudicial para outras” (COLEMAN, 1990, p. 312).

Nesse contexto, Coleman (1990) especifica três formas de capital social. A primeira lida com o nível de confiança e a real extensão das obrigações existentes em um ambiente social. Para ele, o capital social é elevado onde as pessoas confiam umas nas outras e onde essa confiança é exercida pela aceitação mútua de obrigações. A segunda forma diz respeito a canais de trocas de informações e ideias. Na terceira forma, normas e sanções constituem

capital social onde elas encorajam os indivíduos a trabalharem por um bem comum, abandonando interesses próprios imediatos (COLEMAN, 1990).

A expressão capital social também foi cunhada expressamente por Robert Putnam, que popularizou o conceito e pode ser entendido como um dos principais responsáveis por sua incorporação no discurso político dominante. Enquanto J. S. Coleman pretende explicar os efeitos das relações sociais, Robert Putnam preocupa-se em buscar formas de regenerar a vitalidade política da sociedade, mas ambos dão primazia para o papel das normas a partir de um claro compromisso com valores coletivos (ALBAGLI E MACIEL, 2002).

Putnam (1993) define capital social como traços da vida social – redes, normas e confiança – que facilitariam a ação e a cooperação na busca de objetivos comuns. Compreendemos que dois pressupostos estão implícitos em tal conceituação: redes (redes de engajamento cívico) e normas estão empiricamente associadas e podem ter consequências econômicas importantes para a comunidade, supondo, portanto, um papel instrumental para o capital social. Putnam (1993) acredita que a confiança daria dinamismo à vida social e que sociedades com elevados graus de confiança se tornariam e permaneceriam prósperas por serem cívicas. A confiança seria alcançada quando há um conhecimento mútuo entre os membros de uma comunidade e uma forte tradição de ação comunitária.

Putnam (1996) ressalta ainda que as tradições cívicas se mantêm estáveis por um longo período de tempo, argumentando que características como confiança e cooperação se reforçariam mutuamente. Quanto maior a confiança, maior a cooperação e vice-versa, o que configuraria os chamados *círculos virtuosos*, os quais redundariam em equilíbrios sociais com elevados níveis de reciprocidade, civismo e bem-estar coletivo. Por outro lado, a inexistência dessas características na comunidade não-cívica também seria algo que tende a reforçar a não propagação dessas dinâmicas. Assim, a não cooperação, a desconfiança, a omissão, o isolamento, a desordem e a estagnação intensificar-se-iam reciprocamente, constituindo verdadeiros *círculos viciosos*.

Segundo o autor, regiões caracterizadas pelo civismo contariam com a presença de cidadãos atuantes e imbuídos de espírito público, com relações políticas igualitárias e horizontais e com uma estrutura social firmada na confiança, na cooperação, na responsabilidade social mútua e na assistência entre iguais. Regiões dotadas de estruturas políticas verticais seriam caracterizadas pela fragmentação, pelo isolamento e por uma cultura dominada pela desconfiança, tendendo, por isso, a constituir governos autocráticos e instituições políticas autoritárias, clientelistas e personalistas.

Percebemos que as abordagens que compreendem o capital social, sua relação entre atores sociais pautada em conhecimento e valores cívicos, é que se constitui em importante constructo para analisar processos de desenvolvimento local, na medida em que permitem a problematização das dinâmicas de fortalecimento (ou não) de relações horizontais e compartilhadas entre os atores sociais em determinados territórios. A partir dessa realidade que se orientaria à formação de redes, laços de confiança e articulações colaborativas entre grupos sociais, fenômenos problematizados pela noção de habilidade social, como discutiremos mais à frente, e que podem ser assumidos como elementos fundamentais para a reprodução de dinâmicas virtuosas de desenvolvimento local, entendidas não apenas como geração de prosperidade de segurança material para as comunidades, mas também como forma democrática e participativa de sociabilidade. Tal concepção pode ser reforçada pelas considerações de D'Araújo (2003, p. 43) quando afirma que “[...] sem sociedade civil organizada, sem cultura cívica e liberdade, não haveria confiança nem relações horizontais de poder. Não haveria capital social, e sem capital social não haveria democracia bem-sucedida”.

No entanto, vale ressaltar que as afirmações cunhadas por R. Putnam, tal como J. S. Coleman têm sido alvo de críticas por adotarem uma abordagem funcionalista e por misturarem meios e fins, não ficando claro se elevados níveis de capital social constituem um estágio final desejável por si só, ou um meio de alcançar certos objetivos (ALBAGLI E MACIEL, 2002).

Nessa perspectiva, Albagli e Maciel (2002) apontam outra crítica, que é por R. Putnam não tratar de questões de poder e conflito, restringindo sua concepção de capital social a associações horizontais.

A questão que se coloca é se comunidades de elevado capital social de fato supõem visões de mundo e objetivos comuns, ou se o fundamental é o reconhecimento mútuo da visão e dos objetivos de outros como sendo igualmente válidos (reconhecimento da diferença) (ALBAGLI E MACIEL, 2002). Elas ainda salientam que R. Putnam deixou também de considerar exclusivamente os efeitos positivos do capital social, como facilitador da coordenação e da cooperação em benefício do conjunto dos membros de uma comunidade, passando a reconhecer que o capital social pode ter também consequências negativas, tanto externamente – para a sociedade em geral –, quanto internamente – para os membros da comunidade (o exemplo citado é o da Máfia no sul da Itália).

Por sua vez, Durston (2000) argumenta que a definição de capital social deve centrar-se em suas fontes e, não, em suas consequências. A ênfase recai no capital social como bem

público, em como valores e crenças que os cidadãos compartilham em sua convivência diária, expressando socialização e consenso normativo, favorecem um espírito cívico expresso em uma rica vida associativa. Ou ainda, capital social “[...] faz referência a normas, instituições e organizações que promovem: a confiança, a ajuda recíproca e a cooperação” (DURSTON, 2000, p. 7).

Conforme as diversas abordagens e perspectivas em relação ao capital social, Milani (2005) menciona que parece haver consenso entre os autores quanto à importância do contexto na definição das variáveis e fatores do capital social, pois reconhece-se que ele não pode ser isolado de seu contexto e construído artificialmente. Para o autor, a força eventual da noção de capital social está no fato de que se origina e, concomitantemente, tem impacto em uma série de comportamentos humanos e atividades sociais devidamente contextualizados. Sendo assim, pode-se dizer que o capital social está fundado em relações sociais.

Mediante os pressupostos apresentados, a contribuição de Robinson (ano), *apud* Milani (2005), parece pertinente quando o mesmo define o capital social enquanto um conjunto de recursos a que um indivíduo ou um grupo tem acesso em função do fato de pertencer a uma rede de intercâmbio e relações mutuamente proveitosas. Para o autor, os aspectos dessa estrutura social, tais como relações, normas e confiança social, podem ajudar a desenvolver a coordenação de atividades e a cooperação em torno de projetos de benefício comum. Ele ainda salienta que tais recursos se referem a fatores como estatuto, atenção, conhecimento, bem como oportunidades para participar e comunicar; não se refere simplesmente a conexões que dão acesso a recursos físicos e a informação.

Para Milani (2005), o capital social refere-se, então, à capacidade e à habilidade dos cidadãos de conectar-se (no inglês, *connectedness*). Dessa forma, redes de relações propiciam o fluxo e o intercâmbio de informações; criam espaços nos quais a comunicação pode acontecer, o que é uma função-chave para sistemas sociais ricos em capital social, uma vez que abrem acesso à informação e permitem que opiniões e conhecimentos sejam compartilhados. O autor afirma que o sentimento de pertencer ao grupo (identidade de grupo) é fundamental na definição do capital social; passando, assim, de uma identidade baseada no conhecimento (*cogito ergo sum*) a outra fundada no sentimento de pertencimento (*Cognatos ergo sum*) (MILANI, 2005).

De acordo com o exposto, o presente artigo se fundamenta na compreensão de que o escopo da expressão capital social pode estar vinculado a ações de mútua cooperação, sendo elas derivadas de práticas coletivas que resultem na formação de redes de confiança e que

podem se fortalecer, se houver, principalmente, a presença de valores cívicos. Nesse contexto, as concepções de habilidade social como entende Fligstein (2007) servem de suporte para analisar as dinâmicas de capital social desenvolvidas por atores de determinado território em relação à construção de processos de desenvolvimento local.

3 HABILIDADE SOCIAL: INTERAÇÕES COLABORATIVAS ENTRE ATORES SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

No intuito de entender as dinâmicas que podem contribuir para o fomento do capital social o presente trabalho se valeu das práticas sociais caracterizadas pela habilidade social que, de acordo com os conceitos aqui suscitados, podem se associar a ações que induzem o desenvolvimento local.

Para apresentar, porém, tal discussão entendemos ser necessário empreender alguns enfoques teóricos acerca de estrutura e ação social por acreditar que tais práticas, assim como o capital social, se desenvolvem por meio da articulação mútua entre estes dois polos extremamente importantes para a apreensão de qualquer conceito que se deriva do social.

Segundo Fligstein (2007), desde meados dos anos 1970, A. Giddens postula que a estrutura dos sistemas sociais seria dual. O autor afirma que, para prover entendimento sobre a teoria da estruturação, é necessário conhecer os princípios que a caracterizam. Dessa forma, ele argumenta que o primeiro princípio é a questão da relação dual entre ação e estrutura ou o dualismo da estrutura e demanda as seguintes indagações: como as ações cotidianas dos indivíduos são estruturadas? Como tais ações acontecem considerando as características de cada sociedade? Ao agir, como cada indivíduo pauta suas escolhas e decide o que fazer? Como acontece de essas ações se repetirem até se institucionalizarem?

Fligstein (2007) ainda salienta que a teoria da estruturação sugere como princípio de operacionalização que haja ênfase na compreensão e na análise do modo como ocorrem a constituição e a reconstituição das práticas sociais ou ações. As regras e os recursos que pautam as escolhas dos indivíduos ao agir denominamos estrutura, que é o que dá forma e existência às ações sociais. Ela existe apenas nas ações humanas que são, ao mesmo tempo, criadas e recriadas pelas próprias estruturas.

K. Weick, mediante esse enfoque, conforme o interpreta Fligstein (2007), define ação como algo que evoca a ideia de rotina, padrão, costume, mas só pode ser entendida como condicionada pelas estruturas culturais, em um processo que cria e recria ações. Também,

para Fligstein (2007), Bergman e Luckman avançariam nessa perspectiva de análise ao sugerir que as estruturas acontecem por meio de práticas sociais que, por sua vez, são definidas ou ocorrem segundo padrões de regularidade ou expectativas recíprocas entre atores sociais.

Já o segundo princípio que A. Giddens menciona refere-se ao contexto em que ação e a estrutura acontecem, ou seja, ao espaço e ao tempo que as envolvem. O autor enfatiza que toda forma de pesquisa social tem, necessariamente, dimensões culturais que não podem ser negligenciadas. Por isso, para compreender processos de estruturação, é necessário entender como indivíduos pensam o tempo e o espaço em que estão envolvidos e como articulam tal concepção com suas ações, agindo de acordo com o contexto cultural em que estão inseridos. (FLIGSTEIN, 2007)

O terceiro princípio para A. Giddens, por fim, consiste em tomar por premissa que os envolvidos na ação, ou atores sociais, são conscientes e conhecedores de suas práticas, mesmo que elas resultem em consequências inesperadas ou não planejadas (*knowledgeable human agents*). Em termos operacionais de pesquisa, o pesquisador deve admitir que a estrutura não existe fora ou independentemente do conhecimento que os agentes têm de suas atividades cotidianas.

Compreende-se que os conceitos que A. Giddens preconiza sobre estrutura dos sistemas sociais são fundamentais para definir o que Fligstein (2007) chama de habilidade social. Este autor afirma que se pode encontrar nas várias teorias neoinstitucionalistas das ciências sociais um importante conjunto de ferramentas conceituais úteis para repensar as estruturas e a ação e propõe uma visão sociológica da ação baseada nas raízes do interacionalismo simbólico, que pode ser denominado habilidade social (FLIGSTEIN, 2007).

Essa ideia também se aproxima do que Bergman e Luckman depreenderiam sobre estrutura social, uma vez que pode ser utilizada para compreender como identificar a contribuição distinta dos atores, independentemente de estarem defendendo um conjunto existente de arranjos sociais ou impondo ou negociando uma nova ordem.

A vida social gira em torno de obter uma ação coletiva, e isso requer que os participantes dessa ação sejam induzidos a cooperar. Algumas vezes se utilizam coerções e sanções para compelir os outros. Entretanto, muitas vezes, os atores estratégicos hábeis proporcionam identidades e quadros culturais para motivar os outros (FLIGSTEIN 2007, p. 62).

Fligstein (2007) relaciona o projeto da ação com a análise pautada no interacionismo simbólico ao projeto neoinstitucionalista de compreensão das ordens ou campos locais, que são construções sociais no sentido de abordarem a criação de instituições como o resultado da interação social entre atores se confrontando em campos ou arenas. Seu interesse é demonstrar o que os atores estratégicos hábeis farão em diferentes condições de poder e incerteza. Os atores sociais são sempre importantes para a reprodução dos campos. Em geral, a reprodução dos campos dependeria do desempenho habilidoso dos atores em organizações dominantes.

Acreditamos que a ideia de habilidade social oferece uma abordagem para pensar a questão da estrutura-agente. E, nesse sentido, Fligstein (2007) pode mais uma vez contribuir ao afirmar que todos os seres humanos têm alguma habilidade social em função de sua atuação em grupos. Na presença de mais incertezas ou turbulência social, a habilidade social pode ter uma função crucial para manter as ordens locais unidas. Além disso, no surgimento das ordens, a habilidade social normalmente tem destaque, o que pode ser reconhecido nos empreendedores da vida econômica, social e política. Esses atores são pessoas de visão que criam novas coisas. Eles não somente têm uma ideia, mas devem utilizar essa ideia para induzir a cooperação entre os outros (FLIGSTEIN, 2007).

Partindo desse pressuposto e indo contra uma perspectiva dos neoinstitucionalistas, na qual a escolha racional sugere que as instituições são o resultado das interações de atores racionais individuais em situações semelhantes a jogos de regras e recursos fixos, acreditamos que o capital social, escopo deste estudo, pode se assemelhar ao que Fligstein (2007, p. 65) configura.

Uma teoria sociológica da ação precisa levar a sério as visões do ator racional no sentido de que os atores de fato buscam seus interesses e se envolvem agressivamente em interações estratégicas. Contudo, ela deve “socializar” os atores para coletivizá-los, e motivar suas ações fazendo com que eles orientem seu comportamento estratégico aos grupos.

4 ARTICULAÇÕES COLABORATIVAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL A PARTIR DE UMA COMUNIDADE ESCOLAR

Este estudo analisou, por meio de pesquisa qualitativa tendo base empírica, as práticas socioeducacionais realizadas por uma comunidade escolar pertencente à Escola Municipal de Padre Miguel, localizada em um distrito do município de São João del Rei, Minas Gerais. Seu objetivo central foi discutir as implicações das dinâmicas socioeducacionais pautadas em habilidade social para a construção de capital social em processos que visam o desenvolvimento local dos territórios.

O processo de coleta de dados se deu de duas formas, concomitantemente. Uma delas foi uma investigação com uma professora, uma mãe de aluno e com a diretora da escola, quando foram aplicadas as entrevistas semiestruturadas. A entrevista foi organizada em três partes: perfil do corpo docente, avaliação dos projetos educacionais mediante perspectiva de projeto social e avaliação das ações de transformação social desenvolvidas pelas pessoas da comunidade, pela associação de bairro e pela escola. A outra foi por meio de grupo focal formado por duas professoras, uma pedagoga e três mães de alunos pertencentes ao colegiado da escola. O objetivo desse método foi perceber a visão dos participantes sobre desenvolvimento local, o papel da escola nesse processo e as práticas coletivas que estimulam o desenvolvimento local dentro e fora da escola.

Os resultados desta pesquisa corroboram o que foi assinalado neste artigo até então. As entrevistas mostraram haver habilidade social por parte do corpo docente da escola, confirmando, assim, as abordagens de Fligstein (2007). Essa percepção se deu ao observar que os atores buscavam seus interesses e se envolviam em interações estratégicas na perspectiva de coletivizar os demais sujeitos, motivando suas ações, de forma a orientá-las para atitudes e questões assumidas como relevantes para o grupo social. Isso pôde ser notado quando a diretora relatou que, em virtude de haver 20 computadores doados por um programa do Governo Federal para a escola e a mesma não gozar de espaço apropriado para aloca-los, ela, juntamente com alguns professores, se reuniram e elaboraram estratégias que conduziram à construção de uma sala de aula apropriada para um laboratório de informática. Essa construção se deu por meio de recurso municipal e da ajuda da comunidade local com a doação de material de construção.

Observamos, porém, que os valores cívicos, que devem ser difundidos enquanto práticas socioeducacionais, não estão sendo contemplados. Tal consideração se baseia no fato

de não identificar na escola relações horizontais de participação e por perceber que a mesma se compromete com a educação dos seus alunos apenas nas mediações internas, não estendendo o trabalho educacional para fora, para a comunidade.

O relato das mães entrevistadas foi o que propiciou essa percepção. Quando perguntado se a escola se envolvia com a comunidade local, por meio de projetos ou por qualquer outro evento, as mães não souberam responder, dizendo que a escola parecia apenas atender aos alunos em sua rotina diária de aula. Quando, entretanto, indagadas sobre o projeto *Arte por toda parte*, elas se lembraram de que esse foi e continua sendo um projeto de cunho social muito importante para a comunidade, pois leva os alunos a pesquisarem sobre suas origens para depois criarem, coletivamente, uma peça de teatro que sempre culminava em uma apresentação no Teatro Municipal de São João del Rei, aonde iam, além dos alunos, os pais e o corpo docente da escola para apreciar o trabalho desenvolvido. Esse projeto foi realizado com a parceria da prefeitura municipal até outubro de 2008, quando o prefeito resolveu, por motivos políticos e por contenção de despesa, não mais financiá-lo. O grupo teatral que coordenava as aulas continuou, porém, efetivando o trabalho na comunidade de forma a promover, junto aos alunos da escola e jovens do distrito, a oportunidade de trabalharem com artes cênicas, fomentando competências como o trabalho em equipe, cooperação, simulação e estratégia de pesquisa.

Outra questão levantada na tentativa de verificar se as práticas socioeducacionais realizadas pela escola contribuíam para o desenvolvimento local foi se a escola abria a biblioteca para a comunidade utilizar como local de estudo, pesquisa e interação social. A pedagoga informou que a biblioteca poderia ser usada pela comunidade, mas as mães nem sabiam disso, além de relatarem que a escola não abria seu espaço externo nos finais de semana para a comunidade.

A partir desses relatos, podemos apreender um baixo vínculo entre a escola e as necessidades prementes da comunidade local, retratando, assim, a falta de laços fortes, de interação entre esses dois sujeitos, de forma a caracterizar um pequeno acúmulo de capital social.

Em relação às ações de transformação social desenvolvidas pelas pessoas da comunidade, pela associação de bairro e pela escola, foi perguntado, primeiramente, sobre o que achavam do distrito a respeito do desenvolvimento local. As mães presentes disseram que parecia que pouco tinha mudado, faltando ainda muitos recursos para o local. As professoras e pedagoga disseram, porém, que, apesar das dificuldades, o distrito vem se mantendo por

causa da lavoura que sempre emprega os moradores durante as colheitas de feijão e outros grãos. Segundo elas, ninguém chega a ficar desempregado no distrito, sempre são contratos por períodos de trabalho na lavoura da região.

Foi também discutido se na comunidade havia algum movimento social comunitário, ou projeto social desenvolvido. Todos os participantes disseram que não, que, há apenas um ano, a associação de bairro, constituída recentemente só por mulheres, é que vinha realizando algumas ações importantes para o distrito, como a reforma da única praça. Todavia, os participantes disseram que no distrito havia um espírito de colaboração e cooperação mútua entre os moradores, dando como exemplo o trabalho coletivo que era realizado quando um morador precisava construir uma casa ou outra obra qualquer, ou quando havia alguma festa religiosa tradicional da região. Observamos que, apesar das ações coletivas, nenhuma delas detinha valor cívico como princípio para a promoção do desenvolvimento local assim como foi apregoado por D'Araújo (2003).

Foi falado que a comunidade local, que é pequena por se tratar de um distrito, nunca passou necessidades, pois uns ajudam aos outros. Percebemos, porém, que eram ajudas bem pontuais, de sentido solidário, sem nenhum intuito ou perspectiva de mudança social e desenvolvimento local. Esse contexto pode associar-se aos estudos de Albagli e Maciel (2002) ao argumentarem que as relações sociais como forma de capital social são importantes em si mesmas, isto é, têm um valor intrínseco, sendo que sua motivação original não é necessariamente finalista ou instrumental.

Milani (2005), ao reconhecer que o capital social não pode ser isolado de seu contexto e construído artificialmente, corrobora os argumentos acima explicitados e os achados desta pesquisa. Para o autor, a força eventual da noção de capital social está no fato de que se origina e, concomitantemente, tem impacto em uma série de atitudes humanas e atividades sociais devidamente contextualizadas. Sendo assim, podemos dizer que a comunidade local constrói relações que fomentam o capital social visto que se fundamentam em práticas coletivas que geram laços de confiança. No entanto, seus rebatimentos para os processos de desenvolvimento local nesse território são bastante imprecisos, tênues e frágeis, apesar de se manifestarem dinâmicas de articulação social dos atores que reproduzem habilidades sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos, de acordo com a pesquisa realizada, que a existência de habilidades sociais em um determinado contexto social pode contribuir para a formação e o fomento do capital social. Tais habilidades podem ser identificadas em indivíduos engajados na promoção do bem-estar comum, em instigar a cooperação e em difundir outras competências que levam as pessoas a confiarem umas nas outras, criando, assim, vínculos sociais de benefício mútuo. Esse quadro relacional foi identificado em ações, mesmo que isoladas, entre a direção da escola e a comunidade local.

O contexto apresentado permite também fazer uma associação com os estudos desenvolvidos por Coleman (1990), pois o mesmo percebe a criação de capital social como um processo não intencional resultante de ações orientadas para outros propósitos. Acreditamos que essa associação seja possível em virtude da união entre os moradores da comunidade local, na qual foram encontradas ações que permitissem agregar valor a todos, mesmo que esses valores não tenham tido rebatimentos mais amplos vinculados à perspectiva de desenvolvimento local. Segundo Albagli e Maciel (2002), aí residiria o potencial do capital social, ao mesmo tempo em que explica porque há pouco ou nenhum investimento direto em seu desenvolvimento. O que, talvez, possa ser ilustrado pela pouca articulação entre escola e comunidade local, observando que a maior preocupação da escola se limitava ao cumprimento dos conteúdos programáticos determinados pela Secretaria Municipal de Educação, nos quais os pais não eram chamados a participar, além de desconhecerem a amplitude do significado social que a escola representa junto ao território em que se encontra.

Partindo desse princípio, foi possível perceber que a comunidade educacional pesquisada apresentou certo acúmulo de capital social associado à habilidade social, pois demonstrou haver confiança nas relações sociais existentes entre eles, mesmo que por meio de práticas isoladas, porém engajadas em promover o bem comum, solidárias e indutoras de ações cooperativas. Entretanto, ainda assim, tais relações não foram o suficiente para determinar um avanço no desenvolvimento local. Nesse sentido, acreditamos que muitos são os desafios que essa comunidade encontra para concretizar suas ações colaborativas em práticas mais consistentes que visem o desenvolvimento local.

Faz-se necessário realizar outras investigações para ampliação das discussões em torno dos fenômenos analisados como, por exemplo, o estudo do mesmo caso no futuro, quando podem se manifestar novas contingências e transformações na realidade institucional,

social, política, econômica e cultural da comunidade e do território analisado. Pesquisar a construção de capital social a partir de habilidades sociais, refletindo sobre seus desdobramentos para o desenvolvimento local de territórios parece ser uma articulação teórica relevante para o debate sobre a gestão de políticas sociais realizado no contexto brasileiro. Nesse aspecto, novas pesquisas podem, tanto confirmar a relevância desse constructo teórico utilizado na presente pesquisa, quanto oferecer novas perspectivas para sua revisão crítica, seja no sentido de ampliar seu potencial explicativo, seja no sentido de rever concepções fundantes da teorização que balizou o estudo.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. *Capital Social e Empreendedorismo Local*. In: **Proposição de Políticas para a Promoção de Sistemas Produtivos Locais de Micro, Pequenas e Médias Empresas**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, set 2002.

BARON, S.; FIELD, J.; SCHULLER, T. (Ed.). **Social capital: critical perspectives**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

COLEMAN, J.S. "Social capital in the creation of human capital". **American Journal of Sociology**. Supplement/94, 1998.

_____. *Foundations of Social Theory*. The Belknap Press of Harvard University Press, Cambridge, Londres, 1990.

D'ARAÚJO, M. C. S. **Capital social**. São Paulo: Jorge Zahar, 2003.

DURSTON, J. *Qué es capital social comunitario?* Serie Políticas Sociales. CEPAL, Santiago de Chile, 2000.

FLIGSTEIN, N. *Habilidade Social e a Teoria dos Campos*. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 47, n. 2, abr/jun 2007.

MILANI, C. **Teoria do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil)**. Bahia: Universidade Federal da Bahia, 2005. (Projeto de Pesquisa, 2002-2005).

PUTNAM, R. *The prosperous community: social capital and public life*. **The American Prospect**, vol.4, mar 1993.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro, FGV, 1996.

Júnia Fátima Carmo Guerra

Doutoranda em Administração pela PUC Minas. Professora Assistente da PUC Minas. Endereço: Universidade Federal de São João Del-Rei. Praça Frei Estevão, Centro, CEP: 36300-000 - São João Del Rei, MG – Brasil. E-mail - juniafcg71@gmail.com

Armindo dos Santos de Sousa Teodósio

Doutor em Administração pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (2008). Professor do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Administração (PPGA) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação Stricto Senso em Administração (PPGA). Rua Itaú, 525, Prédio Redentoristas, Dom Cabral, CEP: 30535-012 - Belo Horizonte, MG – Brasil. E-mail - teodosio@pobox.com